Governo ainda mantém base no Senado

CATARINA GUERRA

A significativa vitória governista na votação, pelo Senado, do parecer considerando constitucional a mudança do governador do Amapá pelo presidente Fernando Collor de Mello, na quinta-feira de manhã, mostrou que os desencontros entre a equipe governamental e os parlamentares têm feito bem menos estragos na base de sustentação do Governo no Senado que na da Câmara.

"A maioria de Collor no Senado permanece estrondosa, até para surpresa minha", comenta o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que atribui este fenômeno à influência dos ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e da Educação, Carlos Chiarelli, além da ação do líder do Governo no Senado, José Ignácio, todos com muito trânsito entre os senadores.

A aprovação, por 34 votos a dez, do parecer pela constitucionalidade da mudança do governador do Amapá contrastou com o clima de revolta que durante a mesma quinta-feira agitou líderes de partidos componentes da base governista na Câmara. Mesmo deputados até então absolutamente fiéis como Amaral Netto (PDS-RJ) protestaram contra a portaria da ministra da Economia acabando com a prefixação dos reajustes salariais.

"Eu quero apoiar o Gover-

no, mas isso nem sempre é fácil", chegou a dizer Amaral Netto. O deputado confessa que tem dúvidas quanto à validade e eficácia do fim da prefixação dos salários, e critica as sucessivas revogações de medidas pelo Executivo devido a erros técnicos.

QUEIXAS

Os erros cometidos pela equipe do Governo não são a única nem a principal causa do descontentamento de sua base parlamentar. Longe das câmaras, deputados queixam-se de que até agora deram muito mais do que receberam: em troca da esmagadora vitória do Governo na aprovação da Medida Provisória nº 168 não puderam fazer uma única indicação no segundo e terceiro escalões e sequer receberam ajuda para a campanha sob a forma de liberação de verbas para a construção de obras em suas bases eleitorais.

Isto explica em parte por que os senadores governistas mantêm-se tão mais fiéis que os deputados. Apenas um terço do Senado renova-se este ano, o que significa que dois terços dos 75 senadores não só podem dispensar auxílios eleitorais como não precisam temer desgastes políticos em decorrência da queda da popularidade do Governo.

Mas o Senado não é suficiente para garantir sozinho a aprovação de uma medida provisória nem para impedir a derrubada de um veto presidencial.